

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2018



IPTI

CLIENTE: Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação
CNPJ: 05.929.852/0001-81

Santa Luzia do Itanhi, 31 de dezembro de 2018

Coeficiente

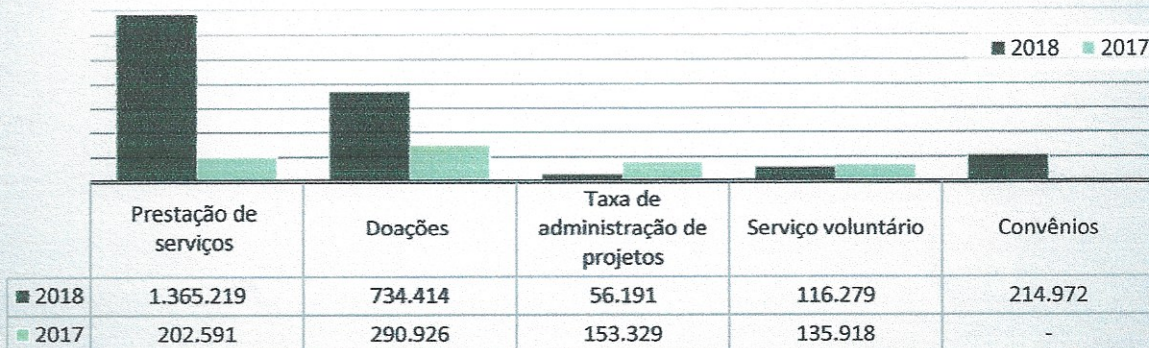
	31/12/2018	31/12/2017
Índice de Liquidez Geral	2,07	0,29
Índice de Liquidez Corrente	2,07	0,30
Índice de Liquidez Imediata	0,11	0,28
Índice de Solvência Geral	2,64	0,61

Rodrigo de Maio Almeida

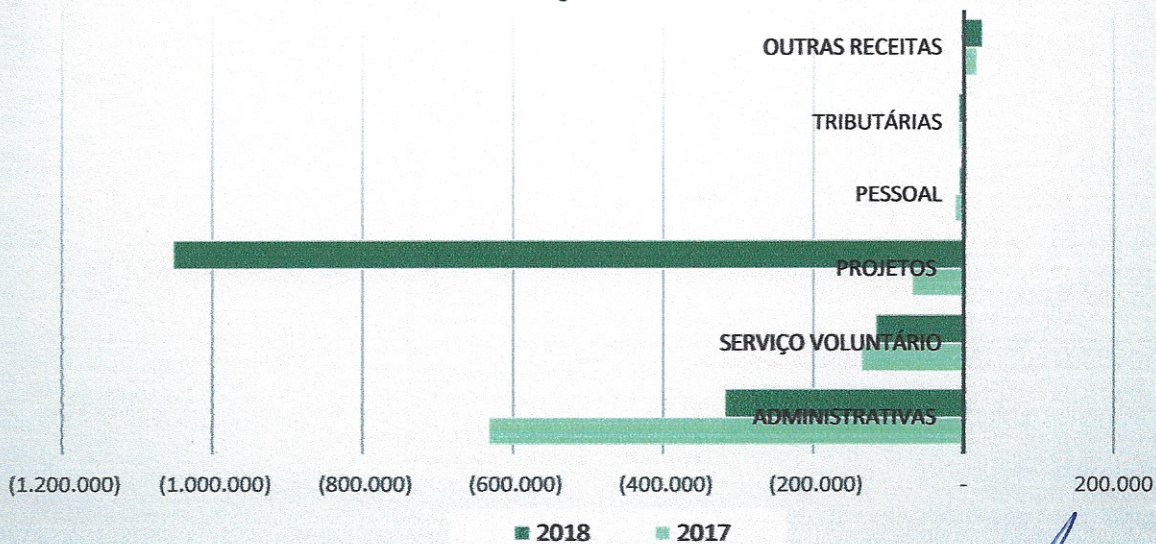
Rodrigo de Maio Almeida
Diretor presidente
CPF 275.090.818-31


Mônica Jesus dos Santos
Contadora - CRC/SE 004124/O-2

Receitas



Despesas



Rodrigo de Maio Almeida
 Rodrigo de Maio Almeida
 Presidente
 CPF 275.090.818-31

Mônica Jesus dos Santos
 Mônica Jesus dos Santos
 Contadora - CRC/SE 004124/0-2

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	56.275	130.447
Contas a receber	952.430	231
Impostos a recuperar	428	428
Despesa de exercício seguinte	6.027	6.575
Total ativo circulante	1.015.160	137.681
Despesas Antecipadas	-	6.027
Imobilizado	275.910	154.518
Total não circulante	275.910	160.545
Total do ativo	1.291.070	298.226
Passivo		
Fornecedores	14.328	9.600
Empréstimos e financiamentos	457.056	359.316
Obrigações trabalhistas	8.689	2.904
Obrigações tributárias	295	204
Recursos de projetos e convênios	9.000	86.276
Total passivo circulante	489.367	458.300
Empréstimos e financiamentos	-	29.295
Total passivo não circulante	-	29.295
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	2.766	2.766
Superávit/(deficit) Acumulado	798.936	(192.138)
Total do patrimônio líquido	801.702	(189.372)
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.291.070	298.223

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rodrigo de Maio Almeida

Rodrigo de Maio Almeida
Diretor presidente
CPF 275.090.818-31

Mônica Jesus dos Santos
Mônica Jesus dos Santos
Contadora - CRC/SE 004124/O-2

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Demonstração do Resultado para os exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas		
Prestação de serviços	1.365.219	202.591
Doações	734.414	290.926
Taxa de administração de projetos	56.191	153.329
Serviço voluntário	116.279	135.918
Convênios	214.972	-
Total das receitas	2.487.075	782.764
Despesas		
Administrativas	(317.201)	(631.888)
Serviço voluntário	(116.279)	(135.918)
Projetos	(1.051.053)	(68.447)
Pessoal	(5.803)	(11.663)
Tributárias	(6.645)	(7.093)
Outras receitas	24.370	17.580
Total das despesas	(1.472.611)	(837.429)
Deficit antes do resultado financeiro	1.014.465	(54.665)
Resultado financeiro líquido	(23.391)	(53.347)
Superavit /(Déficit) do exercício	991.074	(108.012)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rodrigo de Maio Almeida

Rodrigo de Maio Almeida
Diretor presidente
CPF 275.090.818-31

Mônica Jesus dos Santos
Mônica Jesus dos Santos
Contadora - CRC/SE 004124/O-2

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	Patrimônio social	Déficit/Superavit do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.766	(84.125)	(81.359)
Déficit do exercício	-	(108.012)	(108.012)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.766	(192.137)	(189.371)
Déficit do exercício	-	991.073,95	991.074
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.766	798.937	801.703

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rodrigo de Maio Almeida

Rodrigo de Maio Almeida
Diretor presidente
CPF 275.090.818-31



Mônica Jesus dos Santos
Contadora - CRC/SE 004124/O-2

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI
Demonstrações do resultado abrangente dos Exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Superavit /(Déficit) do exercício	991.074	(108.012)
(=) Total do resultado abrangente do exercício	991.074	(108.012)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rodrigo de Maio Almeida

Rodrigo de Maio Almeida
Diretor presidente
CPF 275.090.818-31


Mônica Jesus dos Santos
Contadora - CRC/SE 004124/O-2


INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

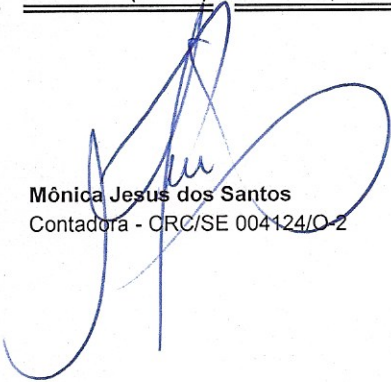
Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Superavit) /Déficit do exercício	991.074	(108.012)
Depreciação	50.973	21.931
Resultado na baixa de imobilizado	(24.370)	(17.580)
Juros sobre empréstimos	11.657	42.906
(=) Superávit/(Déficit) ajustado	1.029.334	(60.755)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Impostos a Recuperar	-	(1)
Contas a receber	(952.199)	-
Adiantamento de Fornecedores	-	302
Despesas antecipadas	6.575	2.160
Outras contas a pagar	4.728	8.549
Obrigações trabalhistas	5.785	(16.438)
Obrigações tributárias	91	(120)
Recursos de projetos e convênios	(77.276)	(243.381)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	17.037	(309.684)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado	(172.364)	(72.532)
Venda de imobilizado	24.370	78.000
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(147.994)	5.468
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	964.626	573.912
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(907.841)	(481.682)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	56.785	92.230
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	(74.172)	(211.986)
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	130.447	342.433
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	56.275	130.447
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	(74.172)	(211.986)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 Rodrigo de Maio Almeida
 Diretor presidente
 CPF 275.090.818-31


 Mônica Jesus dos Santos
 Contadora - CRC/SE 004124/O-2

1. Contexto operacional

O Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação – IPTI, CNPJ 05.929.852/0001-81, pessoa jurídica de direito privado, de natureza sócio - cultural e interesse coletivo, sem fins lucrativos, foi constituído na forma de "Associação" com prazo de duração indeterminado em setembro de 2003. A Associação tem por objeto social promover continuamente um ambiente favorável à pesquisa e a inovação, voltados, sobretudo, à promoção de desenvolvimento social e econômico sustentável.

As áreas prioritárias de pesquisa e desenvolvimento da Associação são educação, saúde e economia criativas.

O modelo de captação recursos do IPTI, é realizado não apenas através de doações, mas também através da prestação de serviços especializados, de projetos desenvolvidos com apoio de grandes empresas nacionais, internacionais e das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), acordos de cooperação, convênios e contratos de gestão com o Governo do Estado de Sergipe.

Há um aumento no portfólio de clientes, apoiadores e parceiros, nacionais e internacionais, os projetos desenvolvidos são reaplicados com escala e sustentabilidade, e uma das metas da instituição é estabelecer um fundo de reserva, o que demonstra a perspectiva da continuidade das operações no futuro.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as respectivas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que os aprovaram, além de, especificamente no caso da Associação, a NBC ITG – 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, recuperação nas operações de ativo, análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos tributários e trabalhistas e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas dos balanços. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As principais políticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações estão apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis com as de mercado.

(d) Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

(e) Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment")

Para determinar se um item do ativo imobilizado está com parte de seu valor irrecuperável, a entidade aplicou Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse Pronunciamento determina como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, como determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável. Em 31/12/2018, a Instituição avaliou se havia indicativo de desvalorização de seu ativo imobilizado e não houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo foi estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável foi o maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

(f) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Embarcações e caiaques	5
Aparelhos de comunicação	10
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

(f) Outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(g) Provisões para risco tributários, cíveis e trabalhista

Reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Associação.

(h) Ativos financeiros e passivos financeiros

A Associação possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa.

Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através do superávit e déficit quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através do superávit e déficit quando adquiridos.

(i) Apuração do resultado – receitas e despesas

As receitas oriundas de contribuições são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos, momento que são consideradas realizadas. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas respeitando o princípio contábil da competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Tanto as receitas quanto as despesas estão segregadas por tipo de atividade na demonstração do resultado.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	250	500
Banco conta movimento	36.640	68.634
Aplicações Financeiras	19.386	61.313
	56.275	130.447

5. Contas a receber

Os valores registrados nesta conta representam recebimentos de curto prazo, relativos a pendências dos contratos de gestão nº CG.SEED 075/2015, contrato de gestão nº C.G SEDETEC N°01/2016 ,contrato 07/2017 com a Secretaria de Estado Do Turismo - SETUR e, ainda Ressarcimento de conta de Energia Eletrica junto a Prefeitura Santa Luzia do Itanhy. Em 31/12/2018 os valores a receber representam o montante de R\$ 952.430, cujo valor é composto de:

Valores a Receber em 31.12.2018

Tipo de Recurso	(Em Reais)
contrato 07/2017 - SETUR	181.606
Contrato de gestão nº CG SEDETEC N°01/2016	766.407
Contrato de gestão nº CG.SEED 075/2016	4.186
Ressarcimento de conta de Energia Eletrica	231
Total	952.430

6. Imobilizado	2018			2017
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis, Utensílios e Instalações	108.351	70.466	37.884 0	21.403
Veículos	109.708	20.036	89.672 0	60.415
Máquinas e equipamentos	49.042	37.326	11.716 0	13.143
Instalações	2.870	1.046	1.824 0	2.029
Embarcações e Caiaques	7.950	7.950	- 0	-
Equipamentos de Informática	242.143	150.858	91.285 0	12.528
Imóveis e Edificações – Terreno	45.000	-	45.000 0	45.000
TOTAIS	565.064	287.682	277.382	154.518

Movimentação do imobilizado - 2018

	2017		2018	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Móveis, Utensílios e Instalações	85.730 0	22.620	- 0	108.351
Veículos	60.696 0	49.011	- 0	109.708
Máquinas e equipamentos	46.042 0	3.000	- 0	49.042
Instalações	2.870 0	-	- 0	2.870
Embarcações e Caiaques	7.950 0	-	- 0	7.950
Equipamentos de Informática	144.411 0	97.732	- 0	242.143
Imóveis e Edificações – Terreno	45.000 0	-	- 0	45.000
Total Custo	392.699	172.364	-	565.064
(-) Total depreciação	238.181 0	49.500	- 0	287.682
	154.517	122.864	-	277.382

Movimentação do imobilizado - 2017

	2016		2017	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Móveis, Utensílios e Instalações	85.730	-	-	85.730
Veículos	139.263	60.696	139.262	60.697
Máquinas e equipamentos	46.042	-	-	46.042
Instalações	820	2.050	-	2.870
Embarcações e Caiaques	7.950	-	-	7.950
Equipamentos de Informática	134.625	9.786	-	144.411
Imóveis e Edificações – Terreno	45.000	-	-	45.000
Total Custo	459.430	72.532	139.262	392.700
(-) Total depreciação	314.682	21.931	98.432	238.181
	144.748	94.464	237.695	154.519

7. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Recursos de projetos	248.478	102.307
Empréstimo com terceiros	179.407	225.052
Financiamento Veiculo Span-Bradesco	29.171	61.254
	457.056	388.613

Descrição	Vencimento	Juros	Curto
			Prazo
Emanuel Carril	30/06/2019 0	1% a.m.	105.101
Elma Neide V.M.Carrilho	30/06/2019 0	1% a.m.	74.306
			179.407,41

8. Recursos de projetos e convênios

A Associação celebrou convênios voltados a obtenção de recursos junto ao poder público e a organizações privadas com objetivo de aplicar conhecimento científico e tecnológico em projetos nas áreas de tecnologia, educação, cultura, saúde e economias criativas. Para isso obteve recursos, ainda pendentes de aplicação, dos seguintes projetos e convênios:

	31/12/2018	31/12/2017
Poder público		
Contrato de Gestão 01/2016	799	60.944
Projeto SEED – 075/2015	452	1.108
	1.251	62.052
Organizações privadas		
Projeto ACTDH	-	22.730
Projeto BIAIO	4.681	1.492
Projeto GESTÃO DE CONSELHOS	3.068	-
	7.749	24.222
	9.000	86.274

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
9. Obrigações trabalhistas		
INSS A Recolher -IPTI	2.478	2.905
Parcelamento RFB INSS- IPTI *	6.212	6.212
	<u>8.689</u>	<u>9.117</u>

* A entidade parcelou o INSS das competências março de 2018 a julho de 2018 em 60 parcelas, por conta do não recebimentos dos recursos do Contrato de gestão nº CG.SEED 075/2016, cujo saldo em 31/12/2018 totalizou R\$ 150.910, conforme Pedido de parcelamento previdenciário nº: 2690163 junto a Receita Federal do Brasil.

10. Patrimônio líquido

O Patrimônio social é composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da Associação.

A Associação, por ser entidade de fins não lucrativos, não distribuirá aos seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, parcela de patrimônio ou de receitas, nem vantagens de qualquer espécie a título de participação nos seus resultados ou bonificação.

A instituição encerra o exercício de 2018 com um resultado superavitário de R\$ 991.074, eliminando o Passivo a descoberto conforme demonstrado abaixo

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Superávit/(deficit) Acumulado	(192.137)	(84.125)
Superavit /(Déficit) do exercício	991.074	(108.012)
	<u>798.937</u>	<u>(192.137)</u>

11. Prestação de Serviços

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
SECTUR	968.564	-
PRODETUR	438.881	105.937
IDES	-	102.925
	<u>1.407.445</u>	<u>208.862</u>

12. Doações

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Recursos do Exterior	459.313	162.590
CRBS/SA	153.000	-
SAP Breasil LTDA	81.200	-
Associação Brasil Foudation	23.903	-
Instituto BANESE	12.000	127.286
Demais valores	4.999	1.050
	<u>734.414</u>	<u>290.926</u>

13. Convênio

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Projeto ALBA FBB	214.972	-

14. Taxa de administração de projetos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
SEED 075/2015	-	66.700
Projeto PLOC	11.025	51.790
Projeto ACTDH	6.300	19.400
Contrato de Gestão	14.791	15.439
Projeto Gestão de Conselho	13.500	-
Projeto CLOC	10.575	-
	<u>56.191</u>	<u>153.329</u>

15. Mensuração do trabalho voluntário

Em atendimento a Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviço voluntário (receita) e administrativa (despesa) e não altera o déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de governança foi feita nas informações divulgadas por meio de remuneração dos administradores divulgadas pelo mercado de trabalho.

<u>Cargos</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Articulação internacional	43.819	39.978
Diretor Presidente	33.762	30.275
Comunicador Social -Jornalismo	17.528	-
Diretor Administrativo	8.336	10.899
Diretor científico	8.336	14.546
Apoio na reapicação da tecnologia social TAG	2.500	-
Apoio na reapicação da tecnologia social Synapse	2.000	-
Articulação	-	12.220

Música	-	4.000
Sistema de Informação	-	1.000
Ciência da Computação	-	1.000
Audiovisual	-	1.000
Total	116.279	114.918

	31/12/2018	31/12/2017
16. Despesas Administrativas		
Articulação	156.344	275.010
Depreciação	50.973	21.931
Divulgação e Publicidade	22.486	32.892
Serviços Pessoas Jurídicas	21.804	112.408
Combustíveis e Lubrificantes	15.802	13.592
Despesas com alimentação	12.935	1.018
Telefone, Internet e Telefax	5.626	4.622
Manutenção	5.545	4.921
Viagens e Representações	4.169	75.957
Aluguel	3.670	5.850
Serviços Pessoas Físicas	-	10.800
Outras Despesas	23.648	72.887
	323.004	631.888

	31/12/2018	31/12/2017
17. Projetos		
Glosas-Sedetec	-	43.154
Coordenador técnico	-	34.759
Serviços de Terceiros de Pessoa Física	60.804	12.740
Bolsa pesquisa e estágio	17.200	-
Repasses	-	10.000
Passagens/Hospedagens	85.545	-
Serviços Terceiros de Pessoa Jurídica	822.543	-
Alimentação e Transporte	12.447	-
Material de Uso e Consumo	51.314	-
Outra despesas	1.200	8.999
(-) despesas recuperadas	-	(8.858)
	1.051.053	100.794

18. Instrumentos financeiros e derivativos

Os instrumentos financeiros ativos e passivos (caixa e bancos e aplicações financeiras) estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas notas explicativas. Durante o exercício, a Associação não realizou operações com derivativos financeiros.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua Administração.

19. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para a Associação Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas.

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as doações, vendas de serviços, prêmios e convênios inclusive os recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A Administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de doação, vendas de serviços, prêmios e convênios, não estando sujeitas a incidências da referida contribuição.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

20. Eventos subsequentes

A Associação avaliou os acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2017 para fins de divulgação de eventos subsequentes e não encontrou eventos significativos a serem divulgados.

Santa Luzia do Itanhi, 31 de dezembro de 2018


Rodrigo de Maio Almeida
Presidente
CPF 275.090.818-31


Mônica Jesus dos Santos
Contadora - CRC/SE 004124/O-2